

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

TRAZER AS PESSOAS À ARQUEOLOGIA. EXPERIÊNCIAS DE VISITAS GUIADAS A ESCAVAÇÕES EM GUIMARÃES (PORTUGAL).

FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro

Ano: 2010-2011 | Número: 120-121

Como citar este documento:

FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro, Trazer as pessoas à Arqueologia. Experiências de visitas guiadas a escavações em Guimarães (Portugal). *Revista de Guimarães*, 120-121 Jan.-Dez. 2010-2011, p. 157-170.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

TRAZER AS PESSOAS À ARQUEOLOGIA. EXPERIÊNCIAS DE VISITAS GUIADAS A ESCAVAÇÕES EM GUIMARÃES (PORTUGAL).

Francisco G. C. Libano Monteiro Faure¹

Resumo: *A arqueologia de salvaguarda em ambiente urbano não é completamente aceite pela generalidade da população portuguesa como uma necessidade fundamental para um melhor conhecimento e identificação com o passado. No sentido de tentar modificar esta mentalidade, temos procurado, no âmbito de algumas das escavações arqueológicas que dirigimos enquanto técnico da Câmara Municipal de Guimarães, estabelecer um contacto directo com a população, para que todos sintam a protecção do património arqueológico como uma responsabilidade sua. Apresentamos aqui duas actividades que permitiram levar o público às escavações feitas em ambiente de obra.*

Palavras-chave: divulgação do património – arqueologia urbana de salvaguarda – Portugal – Guimarães.

Introdução

O Centro Histórico de Guimarães foi integrado, em 2001, na lista de Património Mundial pela UNESCO. Esta classificação, que veio dar maior ênfase ao valor histórico e arquitectónico da cidade, não foi mais do que o culminar de um processo de recuperação que havia sido encetado pela autarquia cerca de 20 anos antes.

Possuidora de um vasto conjunto de monumentos classificados², entre eles os emblemáticos Castelo e Paço dos Duques de Bragança, toda a área do Centro Histórico se encontra protegida por um regime especial de procedimentos de controlo à construção. Assim, não só a Câmara Municipal de Guimarães, através da sua Divisão do Centro Histórico (DCH, antigo Gabinete Técnico Local), gere todo o espaço do Centro Histórico, mormente no que concerne aos aspectos ligados à intervenção no edificado, como todos os processos de licenciamento de obras têm de ser submetidos à Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN). Este organismo da administração central do estado, ao qual compete dar um parecer, sempre com carácter vinculativo, sobre as intervenções em monumentos ou zonas de protecção de monumentos classificados ou em vias de classificação, delibera não só ao nível do projecto de arquitectura propriamente dito mas, também, ao nível das medidas de minimização a tomar no que respeita aos impactos sobre o património arqueológico. Neste sentido, sempre que

¹ Arqueólogo. Câmara Municipal de Guimarães.

² Só dentro da área intramuros (19,5 hectares) foram inventariados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 31 monumentos. Destes, 8 estão classificados como Monumento Nacional, 3 como Imóveis de Interesse Público, 1 como Imóvel de Valor Concelhio e 18 estão inventariados e incluídos na área de protecção do Centro Histórico. Consulta efectuada no sítio da Internet <http://www.monumentos.pt> em 04 de Maio de 2006.

uma obra implique remeximentos no solo, a DRCN propõe, por norma, uma de duas acções: a realização de sondagens ou de acompanhamento arqueológico. A diferença entre estas acções prende-se directamente com a metodologia a aplicar na realização do trabalho. As sondagens arqueológicas implicam, naturalmente, a realização de escavações com equipa técnica e metodologia de intervenção científica e tecnicamente adequada a cada caso concreto; o acompanhamento arqueológico, por seu turno, obriga apenas à presença de um arqueólogo na obra, o qual acompanhará e registará todos os remeximentos no solo.

Se, por um lado, a imposição de trabalhos arqueológicos é uma prerrogativa da DRCN em zonas afectas à sua jurisdição, também a Câmara Municipal de Guimarães, principalmente através da DCH, pode propor a priori este tipo de intervenções. Tal facto aconteceu, por exemplo, na Zona de Couros, localizada na área Sul da cidade. Assim, em duas obras previstas para esta área, uma delas já executada e a outra ainda em fase de projecto, a Câmara Municipal de Guimarães tomou a iniciativa de levar a cabo sondagens arqueológicas já que, estando-se perante uma área de arqueologia industrial³ ligada à curtimenta de peles – uma das indústrias tradicionais de Guimarães – havia a necessidade de salvaguardar e estudar as estruturas, principalmente os tanques de pedra, que mantinham viva a memória desta indústria.

A autarquia pode, além disso, ceder o apoio técnico, tal como noutras áreas de actuação, na área da arqueologia. Este tipo de apoio, fundamental para uma mais correcta aplicação dos critérios de recuperação, é particularmente importante quando o esforço financeiro do promotor da obra é demasiado elevado para a sua capacidade, o que acontece não poucas vezes, dado que muitos dos proprietários de habitações no Centro Histórico de Guimarães são pessoas com poucos recursos económicos. Desta forma, a DCH da Câmara Municipal de Guimarães cumpre uma das suas funções: “apoio à iniciativa privada e acompanhamento técnico de obras em edifícios privados” (Rodrigues 2005: 4).

Arqueologia pública como serviço público

Pelo facto de serem normalmente impostos, mesmo quando não oneram em demasia o proprietário da obra, os trabalhos arqueológicos tendem a ser encarados de forma bastante negativa pela generalidade da população. Esta reacção prende-se, em parte, com a exiguidade de vestígios que, por sistema, aparecem em Guimarães. Na verdade, com algumas excepções, os trabalhos arqueológicos não têm oferecido, aqui, a monumentalidade que, para uma cidade carregada de história e simbolismo como esta, se poderia esperar. Mais ainda, num mundo sobrecarregado de descobertas mediáticas, a ausência de grandes achados leva a uma subvalorização do pouco que se possui e, se para os arqueólogos é evidente que um simples fragmento cerâmico pode destruir longas teses académicas, é, contudo, difícil de explicar ao promotor de uma obra, aos técnicos e à comunidade em geral a importância de um achado que poderá não ter, sequer, lugar de destaque num museu.

Além da incompreensão da utilidade imediata dos trabalhos arqueológicos, existe, simultaneamente, uma forte incompreensão da sua utilidade num sentido mais lato. Na ausência de grandes estruturas monumentais enterradas, que de imediato atraem e saciam os olhos dos transeuntes, é difícil transmitir a ideia de que os trabalhos valem por si só, enquanto meio de apreensão de conhecimento histórico. Mais ainda, é quase impossível fazer compreender a importância de salvaguarda do património

³ A Zona de Couros ou Antigas Fábricas de Curtumes de Guimarães encontra-se actualmente em vias de classificação.

arqueológico, tal como consignada nas cartas e convenções internacionais, mas, também, na legislação nacional, como algo que implica e responsabiliza directamente toda a população.

Em certo sentido, e tal como já Manuela Reis (1999) havia notado, a legislação portuguesa de protecção ao património é, principalmente aquela surgida na esteira da lei de bases do património de 1985, até certo ponto, desadequada da realidade social já que, na ausência de um cumprimento total dos chamados direitos de primeira ou segunda geração, se torna precoce na forma como aborda os direitos de terceira geração ou pós-materialistas, onde se poderia enquadrar o património. O último quartel do século XX assistiu, em Portugal, ao aparecimento de um enorme conjunto de associações de protecção do património cultural, mas cuja representatividade social era, na verdade, bastante baixa. Em suma, ainda não é evidente para a generalidade da população portuguesa que a salvaguarda do património é uma responsabilidade social comum, sendo fundamental aprofundar e estudar a relação entre património e cidadania, nomeadamente entre as faixas etárias mais jovens (consultar sobre o caso vimaranense, em concreto, Pinto 2004 e 2006).

Apesar destas dificuldades, os autores dos trabalhos arqueológicos devem entender que, se por um lado o património tem um valor inerente a si próprio, por outro o local onde se faz a escavação tem um proprietário que tem o direito de saber o que se passa na sua propriedade. Ainda que no tom jocoso que por vezes o caracteriza, Paul Bahn exprime claramente a importância desta atitude ao afirmar que

“o objectivo último da arqueologia – se é que tem de ter algum sentido ou justificação – deve ser a comunicação dos seus achados, não apenas a estudantes e colegas, mas, acima de tudo, ao público, que geralmente foi quem tratou da conta do trabalho e pagou os salários.” (Bahn 1997: 105)

Como se depreende das palavras de Bahn, a transmissão do conhecimento não se pode reduzir ao argumento economicista. No entanto, se ele é importante quando falamos de grandes escavações científicas suportadas por apoios estatais ou privados, mais valorizado deve ser quando são pagas pelos pequenos promotores de uma obra por vezes tão “simples” como a substituição dos sistemas de saneamento e de fornecimento de água.

Ao arqueólogo que trabalha no campo e que, por isso, convive directamente com técnicos e proprietários, cabe obrigatoriamente, além do papel científico, um papel pedagógico. Este papel não se pode resumir ao achado em si mas, ultrapassando esse aspecto mais prático, deverá expandir-se aos corolários teóricos em que se baseia “a conversão da cidade material em objecto de saber” (Choay 2000: 158). Por maioria de razões, os arqueólogos que trabalham em instituições de governo, como as autarquias locais, deverão ser chamados a esta responsabilidade social, a qual, cada vez mais, deve ser encarada como serviço público.

Foi tecendo estas considerações que, desde 2002, temos procurado, nos trabalhos realizados pela Câmara Municipal de Guimarães, uma maior proximidade com o público em geral mas, sobretudo, com os promotores das obras onde tivemos a oportunidade de intervir. A nossa actuação tem ido sempre no sentido de tentar fazer compreender não só a razão da nossa presença mas também, durante o decorrer dos trabalhos, ir explicando aquilo que se vai descobrindo.

As acções que apresentaremos de seguida mostram dois exemplos de um tipo de relação com a população que, achamos, se deveria desenvolver. Falaremos de três grupos distintos: o primeiro, um público estudantil jovem, do ensino básico; o segundo, um grupo seleccionado envolvendo já algumas pessoas com elevada “bagagem cultural” e, o terceiro, um público generalista. Não temos dados para fazer um estudo completo

sobre estes públicos, o que seria extremamente interessante. A nossa reflexão final permite-nos afirmar que, em geral, o comportamento ao nível da atenção prestada foi muito homogêneo e que as grandes diferenças radicaram sobretudo no tipo de questões formuladas – o que se compreende pela formação académica de base de cada um dos grupos.

Cumprir dizer, ainda, que estas apresentações públicas (tal como outras que se fizeram) são sobretudo baseadas numa experiência pessoal que vimos adquirindo com o tempo. A inexistência de discussão profunda sobre Arqueologia Pública em Portugal leva a que este tipo de acções não tenham relevância ao nível de congressos ou revistas o que, concomitantemente, inibe a troca de impressões entre os arqueólogos sobre um tema que, parece-nos, ganha cada vez mais importância.

Visita de estudo às escavações no Largo da Mumadona

As escavações arqueológicas no Largo da Mumadona foram levadas a cabo pela Câmara Municipal de Guimarães e enquadravam-se dentro dos estudos prévios à construção de um parque de estacionamento subterrâneo. Apesar de este Largo estar, tal como era reconhecido pela literatura histórica, nos arrabaldes da cidade e, sobretudo, ter sido usado sempre fundamentalmente como terreno agrícola, impunha-se fazer, sobre ele, um estudo mais pormenorizado. Além disso, o impacto de uma obra como esta era de tal forma destrutivo que tornava impossível uma leitura correcta da ocupação daquele espaço no futuro.

Até onde nos foi possível averiguar pelas escavações (Faure, 2003-2004), podemos afirmar que a acção humana na área agora conhecida como Largo da Mumadona terá sido, até ao princípio do séc. XX, fundamentalmente rural. No início do século passado, a Câmara Municipal de Guimarães promoveu ali a construção de um edifício destinado a albergar os Paços do Concelho, o qual, depois de se ter tornado motor de acesa polémica local, nunca foi terminado, acabando por ser destruído definitivamente durante a década de 50. O principal conjunto de estruturas que vieram à luz durante as escavações faz parte dos alicerces deste edifício (figura 2).

Além deste edifício, apenas apareceu uma estrutura de datação inconclusiva, devido à ausência de materiais arqueológicos associados, destinada ao abastecimento de águas à cidade (figura 3). Tratava-se de uma mina subterrânea com uma caleira central por onde corria a água e que, pela documentação histórica, poderá ser datável do séc. XVI – XVIII. Curiosamente, apesar de tudo parecer apontar para que a muralha medieval da cidade tivesse atravessado parte deste largo, não apareceram durante as escavações quaisquer vestígios desta estrutura nem, tão pouco, os prováveis negativos da sua implantação. O traçado preciso da muralha nesta zona mantém-se, por isso mesmo, uma incógnita para os investigadores.

Em conversa com alguns professores de História da Escola E.B. 2,3 João de Meira (Guimarães), com os quais havíamos já colaborado no ano anterior numa “mostra de arqueologia”, foi colocada a hipótese de uma visita de estudo às escavações que, depois de devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara, decorreu no dia 9 de Maio de 2003. Com esta acção pretendíamos atingir dois grandes objectivos: em primeiro lugar, mostrar as estruturas colocadas à vista durante os trabalhos e, em segundo lugar, explicar aos alunos algumas técnicas de trabalho arqueológico. Assim, durante a visita de estudo toda a equipa se manteve a trabalhar sem qualquer interrupção o que, simultaneamente, se tornava didáctico e evitava atrasos no decurso dos trabalhos.

À chegada ao recinto da escavação, os alunos foram convidados a sentar-se de frente para uma das valas de sondagem. Aí falou-se-lhes da importância da arqueologia

como forma de melhor conhecer o passado, de técnicas de escavação, de análise de estratigrafia e dos materiais encontrados. De seguida, foi-lhes explicada a história daquele largo desde o tempo em que havia sido somente um campo de cultivo até à construção do edifício dos Paços do Concelho, passando pela edificação da estrutura subterrânea de abastecimento de águas.

Durante esta apresentação procurámos sempre dar exemplos concretos. Assim, de forma a melhor mostrar como se fazia uma leitura estratigráfica, fizemos a apresentação junto do perfil estratigráfico onde, devido às suas características, as terras permitiam uma leitura cromática mais diferenciada. Além disso, com recurso a um prego, fizemos um risco ténue no limite de cada camada, tornando a sua leitura ainda mais fácil.

De seguida, os alunos foram autorizados a andar de forma mais ou menos livre por todo o largo, ainda que não lhes fosse permitido descer à zona escavada. Devido à pouca profundidade a que a escavação tinha chegado, no máximo 1 metro, não se apresentavam riscos para a sua segurança, tendo-se feito, apenas, uma advertência para não se aproximarem demasiado dos perfis quer porque os poderiam danificar quer porque poderiam cair.

Neste momento da visita, os alunos tiveram a possibilidade de ver os arqueólogos a fazer desenhos de campo, a escavar e a fazer o registo de materiais e estratigrafia. Então, livres de explicações “impostas”, os mais interessados acabaram por colocar as suas próprias dúvidas directamente a quem estava a fazer o trabalho e, já que a iniciativa partia deles próprios, sem quaisquer constrangimentos.

As apresentações públicas na ACIG

As principais acções de arqueologia pública levadas a cabo durante as escavações na sede social da Associação Comercial e Industrial de Guimarães (ACIG)⁴ tiveram a sua origem na necessidade premente desta instituição apelar ao apoio mecenático e, simultaneamente, justificar junto dos sócios e da comunidade local os custos e os atrasos a que a obra se viu sujeita.

A ACIG promoveu, para o efeito, a visita às obras de recuperação do edifício e às escavações arqueológicas. Nesse âmbito, durante as reuniões preparatórias, acordámos em fazer duas sessões públicas de esclarecimento. A primeira era dirigida a algumas individualidades locais – Presidente da Autarquia, Directores de Museus, Arquivo e de outras instituições – e, simultaneamente, jornalistas da imprensa local e nacional. A segunda sessão seria aberta a toda a comunidade vimaranense e decorreria uma semana após a primeira. Aproveitámos, aliás, a presença da imprensa na primeira sessão para fazer a publicitação da segunda sessão junto do grande público.

As sessões basearam-se num guião de apresentação comum e decorreram na tarde de 4ªfeira entre as 14 e as 17h00. A única diferença raditou no facto de a primeira sessão, por se destinar a um público convidado, se ter feito à porta fechada ao passo que, durante a segunda, a porta esteve sempre aberta.

Os visitantes entravam directamente para o vestíbulo do edifício, onde uma pequena exposição mostrava alguns dos materiais arqueológicos mais significativos exumados durante os trabalhos (figura 4). Estes materiais estavam colocados em estantes acompanhados por etiquetas identificativas do período cronológico em que se

⁴ Este edifício, conhecido como Casa dos Lobo Machado, está classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. N.º 129/77, D.R. 226 de 29/VII/77. Sobre este edifício e os trabalhos de reformulação aí realizados, consultar Fernandes e Martins (2009). Concretamente sobre os trabalhos arqueológicos, consultar, sobretudo, Faure (2009).

enquadravam (figuras 5 e 6). À hora marcada para início da sessão, um membro da direcção da ACIG acolheu o público e fez a apresentação da obra e seus objectivos através de um pequeno filme sobre o projecto em curso. Depois, coube-nos a nós, enquanto director da escavação, apresentar, acompanhados de projecção, os resultados dos trabalhos e dos materiais descobertos até àquele momento. Nesta apresentação deu-se, sempre que possível, particular relevo aos materiais expostos e às estruturas que iriam ser visitadas.

Terminada a primeira parte da sessão, que se caracterizava fundamentalmente por ser expositiva, os visitantes eram convidados a passar à zona da escavação e, aí, seguindo um percurso preestabelecido, postos em contacto com as estruturas visíveis. Este foi, talvez, o momento de maior intervenção do público já que, devido à informalidade que se gerou, os visitantes facilmente colocaram perguntas, entraram em diálogo e teceram comentários (figura 7).

No fim da visita guiada, as portas mantiveram-se abertas permitindo que todas as pessoas pudessem entrar e visitar o espaço. Muitos dos que tinham assistido à visita guiada acabaram por voltar a ver os materiais expostos e a colocar novas questões.

A preparação destas actividades exigiu sempre, da parte da equipa de arqueologia, um esforço para a manutenção de segurança a dois níveis: por um lado a segurança dos visitantes e, por outro, a segurança das estruturas e materiais expostos. Como uma das sondagens abertas atingia uma profundidade de mais de dois metros e, além disso, tinham aparecido dois poços de abastecimento de água e silos de armazenamento, havia que tomar precauções no sentido de nenhum dos visitantes cair. Dessa forma, foram criados um corrimão em madeira e colocadas fitas de sinalização junto de cada uma das estruturas referidas. Em certas zonas, os visitantes eram convidados a andar apenas por um passadiço em madeira que, pela forma como estava colocado, permitia ver as estruturas sem o perigo de quedas.

O passadiço tinha como função, além da protecção aos visitantes, criar condições de segurança às estruturas. Como é do conhecimento geral, a circulação, muitas vezes incauta, sobre estruturas arqueológicas leva à sua deterioração. Ao serem obrigados a seguir, em determinadas áreas, um percurso preestabelecido, os visitantes estavam impedidos de pisar estruturas que, pelas suas características construtivas, se encontravam mais fragilizadas.

Além da protecção às estruturas, havia ainda a necessidade de evitar furtos ou danos nas peças expostas. A um dos operários da obra que estava destacado para dar apoio à escavação foi atribuída a função de vigiar as estantes, ficando os membros da equipa de arqueologia livres para poderem dedicar-se totalmente a responder às questões colocadas pelos visitantes. Sempre que era demonstrado interesse em tocar nos materiais, o membro da equipa pegava na peça e colocava-a nas mãos dessa pessoa. Desta forma, além de não se limitar a interacção do público com os objectos expostos, conseguimos despertar a sua atenção para a sensibilidade dos artefactos arqueológicos.

Conclusões

Determinados conceitos como o da democratização do conhecimento e do património mas, sobretudo, o da democratização da responsabilidade sobre o património, se bem que devidamente consignados na legislação e nas publicações académicas, não têm sido, eles próprios, democratizados. Desta forma, a arqueologia de salvaguarda é, frequentemente, vista como o capricho de uns poucos e não como uma mais-valia para toda a comunidade. Este é um problema transversal a toda a sociedade portuguesa e a necessidade de se realizarem trabalhos arqueológicos tem sido considerada como

fanatismo mesmo por parte de pessoas com elevada formação ou cargos políticos decisórios importantes⁵.

Os arqueólogos têm, por seu lado, uma forte tendência para a manutenção de um discurso hermético e de divulgação limitada apenas aos pares ou curiosos que consultem revistas ou livros de especialidade. Se a sobrecarga de trabalho que a arqueologia profissional veio a gerar tem limitado a capacidade de divulgação de resultados de escavações mesmo em artigos de carácter científico, a transmissão desses dados ao grande público, que implica um discurso mais simples mas nem por isso simplista ou menos exigente, torna-se praticamente impossível.

As duas acções que apresentámos aqui tentaram ser uma forma, por um lado, de contrariar a tendência para uma visão negativa da arqueologia urbana de salvaguarda e, por outro, de dar a conhecer a riqueza arqueológica da cidade. A nossa preocupação foi, sobretudo, aproximarmo-nos do público mostrando-lhe as nossas descobertas de forma a que ele, através do contacto directo com a arqueologia, se aproximasse também da importância da preservação dos vestígios do passado mesmo que esta se resume a um registo cuidadoso prévio à destruição. Pretendemos demonstrar que o esforço que se estava a fazer era digno de ser mostrado e, simultaneamente, familiarizar a população com os achados, pequenos ou grandes, que se podiam encontrar na cidade.

Na sequência destas e de outras acções de contacto com o público, podemos resumir em três palavras, e na esteira de algumas ideias teorizadas por Erika Robrahn-González (Robrahn-González 2006), os fundamentos que, do nosso ponto de vista, justificam e devem nortear futuras actividades. São eles: identidade, conhecimento e sustentabilidade. A nossa experiência permitiu-nos concluir que os diversos públicos se identificavam com os achados e que, mesmo quando algumas pessoas visitavam o espaço de escavação com preconceito, eram capazes de despertar alguma curiosidade para as estruturas, os materiais ou tão-somente para o trabalho que se estava a executar. Muito úteis foram sempre, sem dúvida, as conversas abertas que se mantiveram no final de cada visita. Entre os visitantes havia sempre alguém que fazia a sua interpretação de alguma estrutura ou da função de um determinado artefacto. Estas perspectivas, vindas de um senso comum por vezes mesmo desconcertante, permitem-nos abrir novos horizontes sobre a evidência arqueológica.

As pessoas identificam-se com os achados mas, simultaneamente, estes acabam por se tornar em mais um registo de identidade social, ou seja, levam ao “fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado” (Robrahn-González 2006: 66). Sendo uma das cidades com as quais o povo português sobremaneira está ligado, senão mesmo aquela onde mais radica um forte sentido de identidade nacional, Guimarães corre o risco de se manter estagnada numa perspectiva simplista de “berço da nacionalidade”. É esta uma das mensagens que procuramos transmitir à sua população. Há novas abordagens historiográficas passíveis de ser trabalhadas, novas interpretações que devem ser equacionadas e que, ao invés de serem um entrave ao desenvolvimento, são dados que enriquecem a história da cidade.

A consciencialização para a salvaguarda do património arqueológico enquanto dever social, à semelhança do que Pastor i Batalla (s.d.) havia já preconizado, passa directamente pela transmissão do conhecimento. Contudo, mais importante do que a mera informação, é fundamental uma apropriação desse mesmo conhecimento

⁵ A polémica sobre a preservação das gravuras do vale do rio Côa, em meados da década de 90, foi o exemplo mais marcante desta discussão e, se por um lado, ela se tornou no motor da profissionalização da arqueologia, foi, simultaneamente, catalizadora de reacções extremas não só por parte dos intervenientes directos como, também, por parte da população em geral.

por parte de todos. Os achados ganham, assim, um valor superlativo não só para os que mais directamente se relacionam com eles (proprietários e habitantes da cidade) como, também, os turistas ocasionais que procuram, sem dúvida e em grande parte, informações de cariz histórico. Porque Portugal é um país cada vez mais vocacionado para o turismo, a arqueologia pode ser usada como forma de atrair novos nichos de mercado que permitam sustentar e, de alguma maneira, rentabilizar a recuperação a que os espaços classificados estão sujeitos.

Bibliografia

BAHN, Paul (1997). *Arqueologia. Uma breve introdução*. Lisboa: Gradiva.

CHOAY, Françoise (2000). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro (2003/2004). Escavação Arqueológica no Largo da Mumadona (Guimarães). *Revista de Guimarães*: 113/114, 2003/2004, p. 19-42.

FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro (2009). Escavações Arqueológicas. In I. M. FERNANDES e M. MARTINS, *A Casa dos Lobo Machado: de espaço privado a espaço de interesse público*. Guimarães, Associação Comercial e Industrial de Guimarães, pp. 48-85.

FERNANDES, Isabel Maria e MARTINS, Manuel (2009). *A Casa dos Lobo Machado: de espaço privado a espaço de interesse público*. Guimarães, Associação Comercial e Industrial de Guimarães.

PASTOR i BATALLA, Isidre (s.d.). La Difusión durante el proceso de excavación. Un recurso para la concienciación social sobre el patrimonio y la arqueología. In: Erice Lacabe, R. e Francia Gómez, C. de (Coord.). *III Congreso Internacional sobre Musealización de Yacimientos Arqueológicos. "De la excavación al público. Procesos de decisión y creación de nuevos recursos."* Zaragoza, 15,16,17 y 18 de noviembre de 2004. Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza e Institución «Fernando el Católico», C.S.I.C., pp. 59 – 63.

PINTO, Helena (2004). *Guimarães, Centro Histórico: Património e Educação*. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo apresentada à Universidade do Minho.

PINTO, Helena (2006). Património e Educação Histórica: contributos para a prática da cidadania numa sociedade aberta. *Revista de Guimarães*: 115/116, 2005/2006, p. 129-159.

REIS, Manuela (1999). *Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica*. Sociologia – Problemas e Práticas, 29, 77 – 94.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion (2006). Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: acções em arqueologia pública ligadas ao Projecto de Ampliação de Mina Calcária Limeira. *Arqueologia Pública*, 1: 63 – 120.

RODRIGUES, Ricardo (2005). *Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Guimarães*. Processo de candidatura ao prémio Europa Nostra. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.



Figura 1 – Localização do concelho de Guimarães no mapa de Portugal



Figura 2 – Vista de parte dos alicerces do edifício dos Paços do Concelho no Largo da Mumadona.



Figura 3 – Uma perspectiva da estrutura de abastecimento de água à cidade no Largo da Mumadona.



Figura 4 – Vestíbulo da sede da ACIG, com exposição de materiais arqueológicos.



Figura 5 – Uma das estantes com materiais expostos (séculos XV – XVIII) no vestibulo da ACIG.



Figura 6 – Outra estante com materiais no hall da ACIG. Séc. XIX.



Figura 7 – Momento de conversa ao fim do segundo dia de apresentações públicas na ACIG.